



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 6 /2021

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2021**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Maria Helena de Campos Coimbra
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Rui Alberto Nunes dos Santos
Andreia Sofia Neves de Sousa
Alfredo de Jesus Cabral
Sérgio de Sousa Rodrigues
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Amândio José Ferreira Loureiro
Mariana Mateus Fidalgo Simões
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Francisco Duarte da Fonseca
Nelson Pereira Martins
Maria Cristina Marques Ferreira Simões
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Sandra Monteiro Lourenço
Marta Daniela Silva Antunes
João Paulo Pacheco Loureiro
Fernando Santos da Silva

Gonçalo Manuel da Silva Pereira
Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Hélder Viegas Alves
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:

Fernando da Silva Figueiredo

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, reuniu, no auditório municipal, a Assembleia Municipal, após a tomada de posse, e nos termos do artigo 45º da Lei 169/99, de 18 de setembro.

O membro da cabeça de lista da lista mais votada, António Egrejas Leitão Amaro, deu início aos trabalhos e convidou os membros: Maria Helena de Campos Coimbra e Sandra Monteiro Lourenço, para que fizessem parte da Mesa.

Seguidamente o membro António Leitão interveio:

“Exmos. Senhores

Começássemos o futuro sabendo que, nós como pessoas, nós como terra, como territórios, partimos sempre do presente e do passado. Queria que os membros da assembleia com direito de voto se pudessem associar a um voto de louvor, que é um voto de agradecimento, naturalmente, a todos os eleitos que cessaram funções nas juntas de freguesia, assembleias de freguesia, câmara municipal, assembleia municipal, mas sobretudo, esse voto de louvor expresso no presidente que cessa. Creio que a vossa salva de palmas espontânea ao nosso amigo Carlos Cunha foi reveladora, mas, daqui a uns anos, daqui a umas décadas essa salva de palmas não vai ficar escrita nos livros, mas, a história escrita de Tondela tem de ter um reconhecimento imediato, muito sério e muito profundo ao Carlos Cunha, por tudo o que deu à terra nas suas várias funções, não apenas autárquicas. Continua a ter uma missão social na provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Tondela, muito importante. Mas, sobretudo pela elegância, simpatia, respeito democrático, atenção ao outro, preocupação com o bem comum, gentileza, humanidade, aconselhamento, sabedoria, diligência. Tudo isso é um exemplo que, se algum dia me calhar suceder como presidente da assembleia municipal, procurarei sempre seguir. É sempre bom termos exemplos para onde olhar. Portanto, ainda na presença dos nossos convidados, autarcas de outras terras próximas, amigos de Tondela, autoridades civis e também militares, senhor secretário executivo da comunidade intermunicipal, na vossa presença, gostaríamos de louvar todos os que cessam e muito em particular este grande homem de Tondela, o Eng.º Carlos Cunha. E, portanto, eu queria pedir, o voto de louvor que não deixa de ser um voto sobre pessoas, mas não é uma eleição, e pode ser feito de braço no ar, como os votos de louvor costumam ser.”

Colocado à votação o voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

O cidadão Carlos Cunha agradeceu o voto de louvor.

O membro António Leitão continuou:

“Eu habituei-me a entrar nesta casa, quando era pequeno, nem idade para votar tinha, pela mão de uma mãe autarca, e aprendi a amar o poder local e, sobretudo, reconhecer muitos servidores eleitos, mas também trabalhadores dos municípios e, em particular, deste município. Por isso, a sentir como um local de que, se um dia, na participação política tivesse a oportunidade, era onde eu gostava de reentrar, reentrar pela melhor maneira que se entra na participação pública que é pelo voto do povo. Portanto, para mim, hoje é um dia particularmente emocionante. E, a única forma, de nós todos, retribuirmos a emoção e a honra, é fazermos o melhor de nós, e, sobretudo, fazer desta o que ela deve ser, a casa da democracia no concelho de Tondela. É isso que eu creio que queremos fazer, não somos um nem uma, somos uma pluralidade, 21 eleitos por três partidos, 19 presidentes de junta eleitos de dois partidos e dois movimentos independentes: todos a merecerem o mesmo respeito.

E, por isso, creio que vamos fazer desta assembleia um espaço de diálogo. Diálogo construtivo elevado. É um desafio que temos todos, mesmo nos momentos mais quentes, e nas divergências mais profundas, lembrando-nos sempre que somos seres humanos antes e depois de sermos eleitos, e, por isso, devemos uns aos outros o respeito enquanto seres humanos, independentemente dessa diversidade e pluralidade de posições e de visões. Devemos respeito uns aos outros, mas devemos sobretudo aos Tondelenses que nos elegeram nestas 19 freguesias, um dever de representação. E, representação é um desafio que se concretiza todos os dias, lembrando que representar é ouvir e falar por, e depois prestar contas. E, portanto, eu espero que a esta assembleia, todos venham, quer por serem presidentes de junta, quer por serem eleitas e eleitos, por qualquer dos três partidos, ou aqueles que venham aqui porque são públicos, e tenham a possibilidade de falar.

Os populismos crescem em qualquer parte do mundo quando as instituições se fecham sobre si próprias, quando se esquecem que existem por causa e para as pessoas e quando se esquecem que a democracia vive se as aspirações, mas sobretudo, se as frustrações das pessoas deixam de ser ouvidas e deixam de ser resolvidas, e, portanto, nós temos esse dever, representar evitando populismos, servindo e dando resposta.

Essa missão de servir, de servir os outros, de servir a nossa terra é o mais importante, foi esse o exemplo que tivemos durante muitos anos. Vamos ser um parceiro, enquanto assembleia, construtivo, exigente com o executivo municipal. Construtivo e exigente, mas também entre nós, maioria e oposição, eleitos das várias composições e orientações partidárias. Devemos ser exigentes uns com os outros, e em



nome dos Tondelenses. Creio que é um esforço nosso fazer sempre esse esforço do aprofundamento da democracia local, de novo para que as pessoas sintam que é aqui que podem vir bater, também aqui obviamente, as juntas de freguesia, as assembleias de freguesia, Câmara Municipal, mas também aqui, a mais plural, a mais alargada casa da democracia, podem vir bater para fazer ver as suas aspirações e as suas frustrações. Para isso nós temos de desenvolver alguns mecanismos da participação local, obviamente manter esta boa prática da transmissão online das nossas assembleias, que são sempre públicas, procurar fazê-las de uma forma descentralizada periodicamente pelo território, grande e largo do nosso município. Procurar estimular mecanismos de participação direta com o orçamento participativo, procurar levar a democracia às crianças, das coisas mais bonitas, que tive oportunidade de participar, já na minha vida pública, foi enquanto deputado na assembleia da república participar naquilo que se chama o parlamento dos jovens, em que crianças começavam a brincar à democracia, e a respeitar-se, e a enfrentar a divergência e a lutar por um projeto desde pequeninos. Nós não podemos esperar, e não é possível que a mesma dinâmica do parlamento dos jovens chegue a todos as escolas de todo o país, mas nós, temos de cuidar das nossas e da democracia da nossa terra, e por isso, queremos desenvolver esse projeto, a assembleia das crianças e dos jovens com as escolas, e obviamente a camara municipal da nossa terra para fomentar essa participação local.

Queremos fazer esse exercício de aprofundamento, e em cada momento exercer a nossa função consciente. Eu, diria melhor, eu olho para isto e digo que devo ter três consciências cada uma delas a bater contra a outra a cada momento. Uma é essa consciência da função, seja como deputado, seja como uma função normal ou de presidência, que é ter dever de servir, imparcialidade e isenção, seguramente. Outra parte, é obvia na consciência é a lealdade ao projeto politico pelo qual, o mandato que os eleitores nos deram, e me deram, e cada um de nós deverá pensar também, e, finalmente, para mim muito importante a lealdade aos valores éticos e morais, a uma visão do bem comum como aqui, bem foi dito que me guiaram e guiam na minha vida, que eu ganhei esses valores éticos e morais, espero que bons, pela mão dos meus pais, pela força desta terra, dos amigos, do percurso de vida, da escola, dos professores excelentes que aqui temos, que partilho, e tento partilhar com a minha mulher e inculcar aos meus filhos, e, portanto, essa dimensão dos valores morais e éticos deve ser um elemento fundamental, e, às vezes, estas três consciências, da isenção e imparcialidade na função, da lealdade no projeto partidário ou democrático, ou politico ou mandato, e obviamente a



consciência ética devem estar sempre em colaboração idealmente, e às vezes têm de ser ativadas e conciliadas.

Por isso, vamos procurar assim juntos, todos, sabendo que, aquilo que vou dizer não se aplica apenas aos eleitos da assembleia municipal, nem sequer aos eleitos das juntas, nem apenas aos da câmara municipal, na verdade, aplica-se aos autarcas que aqui estão de outras terras, aos líderes desportivos, culturais, forças de segurança. Nós estamos todos juntos no mesmo barco, temos diferenças, vamos ter, muitas diferenças, mas, as diferenças são sempre menores que aquilo que nos une, e somos parte desse barco no conjunto, como sonho de região que metida no interior quer ser das melhores, não apenas do país mas do continente que quer dar aos nossos mais velhos o conforto, segurança e saúde, aos nossos mais novos as condições de aprendizagem, e a todos nós um projeto de felicidade. Por isso, estamos todos juntos no mesmo barco, e às vezes os interesses conflituam, as opiniões divergem, mas, o que nos une deverá ser sempre maior que aquilo que nos separa, que é o nosso futuro comum. Portanto, vamos a isso, vamos construir juntos, colocando sempre esse projeto à frente de Tondela e da região. Termino agradecendo muito aos convidados, vamos passar à fase de eleição, uma fase mais procedimental. Muito obrigado por terem vindo, agora vamos aqui organizar, durante um minuto, o início do processo eleitoral.”

Instalação da Mesa da Assembleia Municipal de Tondela para o Mandato de 2021/2025

Seguidamente, o membro Guilherme Duarte, do grupo do PSD, entregou na mesa uma proposta de lista, designada lista A, com a seguinte composição; António Egrejas Leitão Amaro, para presidente, José António Dias – 1º secretário e Ana Tavares Leão – 2º secretário.

Não havendo a entrega de mais nenhuma lista, passou-se à votação secreta, tendo participado trinta e oito membros e que elegeram a lista A: com vinte e quatro votos a favor, quatro votos nulos e dez votos em brancos.

Constituída a mesa, os membros tomaram o seu lugar.

Designação dos membros que irão proceder à revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

O senhor presidente da Mesa referiu a necessidade de alteração do regimento, sugerindo a constituição de uma comissão de trabalho para o efeito que seja funcional e célere, com a representatividade parlamentar da assembleia.

O membro Rui Santos iniciou a sua intervenção questionando se os presidentes de junta independentes estavam interessados em integrar o grupo de trabalho, ao que foi respondido que não. Continuou referindo que o grupo de trabalho irá preparar a revisão do regimento e seguidamente será votado em assembleia municipal, pelo que não será esse grupo de trabalho que decidirá sobre a versão final do regimento. Continuou propondo que a equipa fosse presidida pelo presidente da assembleia, que conduzirá os trabalhos, e que tivesse como representatividade 3 membros do PSD, 2 membros do PS e 1 do Chega.

O senhor presidente da Mesa questionou se os partidos estavam em condições de indicar os membros a integrar a equipa de trabalho, ao que lhe respondeu que sim. Deste modo o grupo de trabalho para revisão do regimento da Assembleia Municipal, é composto pelo senhor presidente da Mesa, António Leitão; pelo grupo parlamentar do PSD pelos membros: Carlos Amaral, José António Dias e Mariana Fidalgo Simões; pelo grupo parlamentar do PS os membros: Helena Coimbra e José António Matos; e, pelo grupo parlamentar do Chega, o membro Sandra Lourenço.

Colocado à votação o grupo de trabalho foi aceite por unanimidade.

Eleição de quatro representantes dos membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

O senhor presidente da Mesa referiu que no âmbito da eleição dos representantes da assembleia intermunicipal da Comunidade Viseu Dão Lafões, foi entregue pelo membro Helena Coimbra, uma lista proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, designada Lista A e composta pelos membros: Efetivos: Rui Alberto Nunes dos Santos, Maria Helena de Campos Coimbra, Alfredo de Jesus Cabral, Amândio José Ferreira de Loureiro. Suplentes; Maria da Conceição Ribeiro Gomes, José António Coimbra de Matos e Nelson Pereira Martins.

Pelo membro Guilherme Duarte foi entregue à Mesa a lista proposta pelo PSD, designada lista B e que é composta pelos membros: António Egrejas Leitão Amaro, Guilherme Vasconcelos Duarte, Francisco Duarte da Fonseca e Andreia Sofia Neves de Sousa.

Seguidamente o membro Rui Santos questionou sobre a paridade da lista proposta pelo PSD, atendendo que a mesma não respeitava as regras.

O senhor presidente da Mesa informou que lhe foi transmitido pelo Partido Social Democrata, que não existia obrigatoriedade de paridade na constituição da lista a propor.

O membro Felisberto Figueiredo referiu que se as Câmaras fossem governadas por mulheres, não existiria paridade o Conselho Intermunicipal da CIM. Disse que julga que a questão da paridade, funciona para os eleitos e não funcionar para os cargos inerentes, bem que não conheça pormenorizadamente a legislação em causa. Contudo, disse que para poder garantir a paridade inverteria os nomes da lista, ficando: António Egrejas Leitão Amaro, Guilherme Vasconcelos Duarte, Andreia Sofia Neves de Sousa e Francisco Duarte da Fonseca.

O membro Rui Santos disse que enquanto presidente intermunicipal cessante, não gostaria de convocar nova assembleia, por detetar incorreções por falta de incumprimento da Lei da paridade ou outros, para que não aconteça como o verificado há quatro anos, em que houve assembleias municipais que não tinham efetuado a votação para designação dos seus membros, por voto secreto. Referiu que foi por esse motivo que questionou.

O senhor presidente da Mesa agradeceu a forma elegante da questão colocada e disse que para não subsistir dúvidas a lista proposta pelo PSD passaria a ter a ordenação de acordo com o expresso pelo membro Felisberto Figueiredo.

Colocadas à votação, as listas receberam os seguintes votos:

Lista A – 8votos;

Lista B- 12 votos.

Após a aplicação do método de Hondt foram designados os membros efetivos: António Egrejas Leitão Amaro, Rui Alberto Nunes dos Santos, Guilherme Vasconcelos Duarte e Maria Helena de Campos Coimbra,

O membro Helena Coimbra interveio:

“Há aqui dois segmentos da paridade. Para as eleições, a constituição das listas deve respeitar a paridade. Mas, quando estamos a escolher as pessoas para fazer parte de órgãos, na minha modesta opinião já não temos de a respeitar, porque é uma eleição diferente. Por exemplo, acontece isso nas juntas de freguesia, as juntas de freguesia tinham nas listas respeitada a paridade, quando a assembleia de freguesia elegeu a junta

